

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Raízes da crise

A CPI do Orçamento, que ontem findou, foi, sem dúvida, um momento histórico da maior relevância. Mas, como também é óbvio, não curou por si só o que expôs à opinião pública. O relatório de Roberto Magalhães (PFL-PE) apenas exibiu uma pequena amostra de algo, que, em linhas gerais, é extensivo a quase todo o Congresso.

Na base das falcatrucas denunciadas, está o processo eleitoral espúrio, a anarquia partidária e, sobretudo, a falta de controle das atividades do eleito pelo eleitor, fenômeno típico do sistema eleitoral proporcional em vigor. Sem mexer nisso, nada feito. De tempos em tempos, será necessária nova CPI do Orçamento.

O Congresso não ignora isso. Tanto assim que, na pauta da revisão constitucional, elaborada pelo relator Nelson Jobim (PMDB-RS), constam todos esses temas. Não deixa de ser uma benéfica coincidência histórica que o processo de faxina moral tenha se iniciado às vésperas da revisão. Cria-se assim a oportunidade necessária para que as mazelas lá constatadas sejam objetivamente eliminadas. E essas mazelas começam pelo processo de recrutamento dos homens públicos.

Se o processo é espúrio — e todos sabem que é —, é quase inevitável que os personagens que dele emergem, com as honrosas exceções de sempre, também o sejam. A revisão constitucional não tem a extensão e a profundidade de uma Assembleia Constituinte. Mas tem condições objetivas de reprogramar politicamente o País, às vésperas da maior eleição geral dos últimos 40 anos. Se não o fizer, estará não apenas desperdiçando uma oportunidade que tão cedo se repetirá, como permitindo que tudo continue exatamente como está (e sempre esteve).

Que esperar de um sistema eleitoral que será pa-

trocinado por bancos e empreiteiras? Que esperar de parlamentares, governadores e presidente da República eleitos por partidos de pouca ou nenhuma representatividade, cujos integrantes entram e saem sem a menor cerimônia? Que esperar do sistema eleitoral proporcional, em que eleitor e eleito só se lembram um do outro no dia da eleição? Que esperar de um sistema eleitoral em que um eleitor de Roraima vale o equivalente a 26 eleitores paulistas? E assim por diante.

Não por acaso, foi pela temática política que o relator Jobim iniciou sua agenda. O deputado Paulo Delgado (PT-MG), que figura entre os parlamentares sérios e éticos, achou um absurdo esse critério, segundo ele revelador da visão egoísta e alienada que os políticos brasileiros têm da vida. Não é bem assim.

A visão egoísta e alienada de fato existe. Mas não foi em função dela que Jobim optou por esse critério. Tal com Ulysses Guimarães, Jobim entende que a política, sendo o mecanismo representativo da sociedade, o instrumental para gerir seus interesses, está na base de tudo. Não adianta/mexer na economia sem, antes, mexer na política. Estão aí os pacotes econômicos que jamais resolveram nada. E não resolveram exatamente porque não mexeram na política, na representatividade e nos mecanismos de fiscalização do eleito pelo eleitor.

A revisão começa, pois, pelo essencial, preparando as bases de um novo Congresso, regenerando os meios de recrutamento dos homens públicos. Há, é verdade, algumas bobagens, como a reeleição e redução dos prazos de desincompatibilização de prefeitos, governadores e Presidente. São apenas tópicos para debate. Ninguém precisa aprová-los.